

RICARDO ANTONIO ANDREUCCI



Manual de
**DIREITO
PENAL**

15ª edição
revista, ampliada e atualizada
2021

saraiva 



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3º andar
Boa Vista – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.seta@saraivaeducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Aline Darcy Flor de Souza

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação LGB Publicações
Revisão Ivone Rufino Calabria
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bercrom Gráfica e Editora

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

A561m Andreucci, Ricardo Antonio
Manual de direito penal / Ricardo Antonio Andreucci.
– 15. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2021.
632 p.

ISBN 978-65-5559-836-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito penal. I. Título.

2021-921

CDD 345
CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 345
2. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 20-4-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607108 CAE 764688

ÍNDICE

PREFÁCIO	35
NOTA DO AUTOR	37

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	41
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL	41
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	41
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	42
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo.	43
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	43
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo.	43
4 CIÊNCIAS PENAS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	43
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	44
5.1 Princípio da legalidade	44
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	45
5.3 Princípio da taxatividade	45
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	45
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	46
5.6 Princípio da adequação social	46
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo) e princípio da fragmentariedade	47
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	47
5.9 Princípio da continuidade normativo-típica	49
5.10 Princípio do Direito Penal máximo	49
5.11 Princípio da proporcionalidade da pena	50
5.12 Princípio da individualização da pena	50
5.13 Princípio da humanidade	50
5.14 Princípio da razoabilidade	51
II — FONTES DO DIREITO PENAL	53
1 FONTES MATERIAIS	53
2 FONTES FORMAIS	53

2.1	Fonte formal imediata	53
2.1.1	Lei e norma penal	53
2.1.2	Norma penal em branco	54
2.1.3	Integração da norma penal	55
2.1.4	Norma penal incompleta	56
2.2	Fontes formais mediatas	56
2.2.1	Costume	56
2.2.2	Princípios gerais de direito	57
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal	57
III	— INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	59
I	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO	59
I.1	Interpretação autêntica	59
I.2	Interpretação doutrinária	59
I.3	Interpretação jurisprudencial	60
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	60
2.1	Interpretação gramatical	60
2.2	Interpretação lógica	60
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO	60
3.1	Interpretação declarativa	60
3.2	Interpretação restritiva	60
3.3	Interpretação extensiva	60
IV	— APLICAÇÃO DA LEI PENAL	63
I	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	63
I.1	Legalidade formal e legalidade material	64
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	65
2.1	Vigência e revogação da lei penal	65
2.2	Conflito de leis penais no tempo	65
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	66
2.4	Ultra-atividade	66
2.5	Lei intermediária	67
2.6	Conjuação de leis	67
2.7	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais	68
2.8	Tempo do crime	68
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	69
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	69
3.2	Princípios adotados pelo Brasil	70

3.3	Território	70
3.3.1	Território brasileiro por equiparação	71
3.3.2	Passagem inocente	71
3.3.3	Zona Econômica Exclusiva — ZEE.	72
3.4	Lugar do crime.	72
3.5	Teoria adotada pelo Brasil	73
3.6	Extraterritorialidade	73
3.6.I	Extradição, deportação e expulsão	74
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	75
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS ..	75
4.1	Imunidades diplomáticas.	75
4.2	Imunidades parlamentares	76
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES	78
5.1	Eficácia de sentença estrangeira.	78
5.2	Contagem de prazos	78
5.3	Frações não computáveis da pena	78
5.4	Legislação especial.	79
V	— TEORIA DO CRIME	81
I	CONCEITO DE CRIME.	81
1.1	Sistema Causal-Naturalista	81
1.2	Sistema Neoclássico.	82
1.3	Sistema Finalista	82
1.3.1	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida	83
1.4	Sistema Social	84
1.5	Sistema Funcionalista	84
1.6	Estrutura do crime.	85
1.6.1	Sujeito ativo.	85
1.6.2	Sujeito passivo	85
1.6.3	Capacidade penal.	85
1.6.4	Objeto do crime	86
1.6.5	Punibilidade.	86
1.6.6	Crime e contravenção penal	87
1.6.7	Classificação dos crimes	87
2	FATO TÍPICO	94
2.1	Teoria do Tipo.	94
2.1.1	Fases da Teoria do Tipo.	95
2.1.2	Conceito de tipo	95
2.1.3	Características do tipo.	96
2.1.4	Adequação típica.	96

2.1.5	Elementos do tipo.....	96
2.1.6	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	97
2.1.7	Classificação do tipo.....	97
2.1.8	Tipicidade conglobante.....	98
2.1.9	Conflito aparente de normas.....	99
2.2	Conduta.....	100
2.2.1	Formas de conduta.....	101
2.2.2	Crimes omissivos próprios.....	101
2.2.3	Crimes omissivos impróprios.....	101
2.2.4	Crimes omissivos por comissão.....	102
2.2.5	Caso fortuito e força maior.....	102
2.3	Nexo de causalidade.....	102
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes.....	103
2.3.2	Superveniência causal.....	103
2.4	Resultado.....	105
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado.....	106
2.5	Crime consumado e crime tentado.....	106
2.5.1	Consumação.....	107
2.5.2	Tentativa.....	108
2.5.3	“Iter criminis”.....	108
2.5.4	Cogitação.....	108
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução.....	108
2.5.6	Elementos da tentativa.....	109
2.5.7	Espécies de tentativa.....	110
2.5.8	Pena da tentativa.....	110
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa.....	110
2.5.10	Tentativa e contravenção penal.....	111
2.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	111
2.7	Arrependimento posterior.....	112
2.7.1	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	113
2.8	Crime impossível.....	114
2.9	Crime doloso.....	114
2.9.1	Conceito de dolo.....	115
2.9.2	Teorias sobre o dolo.....	115
2.9.3	Teorias adotadas pelo Brasil.....	115
2.9.4	Espécies de dolo.....	115
2.10	Crime culposos.....	117
2.10.1	Cuidado objetivo.....	117
2.10.2	Previsibilidade.....	117
2.10.3	Elementos do fato típico culposos.....	117
2.10.4	Imprudência, negligência e imperícia.....	118
2.10.5	Espécies de culpa.....	118

2.10.6	Excepcionalidade do crime culposo	119
2.10.7	Outras questões referentes à culpa	119
2.11	Crime preterdoloso	119
3	ERRO DE TIPO	120
3.1	Conceito de erro de tipo	120
3.2	Espécies de erro de tipo	120
3.2.1	Erro de tipo essencial	120
3.2.2	Erro de tipo acidental	121
3.2.2.1	Espécies	121
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”	121
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”	122
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”	122
3.2.5.1	Desígnios autônomos	124
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)”	125
3.2.7	Erro determinado por terceiro	125
3.2.8	Descriminantes putativas	126
4	ANTI JURIDICIDADE	127
4.1	Conceito	127
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	127
4.3	Estado de necessidade	128
4.3.1	Conceito	128
4.3.2	Natureza jurídica	128
4.3.3	Requisitos	128
4.3.4	Causa de diminuição da pena	129
4.3.5	Formas de estado de necessidade	129
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	130
4.4	Legítima defesa	131
4.4.1	Conceito	131
4.4.2	Natureza jurídica	131
4.4.3	Requisitos	131
4.4.4	Formas de legítima defesa	131
4.4.5	Legítima defesa subjetiva	132
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	132
4.4.7	Legítima defesa recíproca	132
4.4.8	Legítima defesa funcional	133
4.4.9	Provocação e legítima defesa	133
4.4.10	“Commodus discessus”	134
4.4.11	Ofendículas	134
4.4.12	Questões interessantes sobre legítima defesa	135
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	135
4.6	Exercício regular de direito	136

4.7	O consentimento do ofendido	136
4.8	Risco permitido.	136
4.9	Violência desportiva	137
4.10	Excesso punível	137
5	CULPABILIDADE.	138
5.1	Conceito.	139
5.2	Elementos da culpabilidade.	139
5.3	Imputabilidade.	139
5.3.1	“Actio libera in causa”	140
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade	140
5.3.3	Semi-imputabilidade	143
5.4	Potencial consciência da ilicitude	144
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei	144
5.4.2	Erro de proibição	144
5.5	Exigibilidade de conduta conforme o Direito	145
5.5.1	Coação moral irresistível.	146
5.5.2	Obediência hierárquica	146
6	CONCURSO DE PESSOAS	147
6.1	Concurso necessário e eventual	148
6.2	Formas de concurso de agentes.	148
6.3	Requisitos do concurso de agentes	148
6.4	Autoria	149
6.5	Participação	150
6.6	Formas de participação	151
6.7	Autoria mediata	151
6.8	Autoria colateral e autoria incerta.	151
6.9	Conivência e participação por omissão.	151
6.10	Outras modalidades de coautoria e participação	152
6.11	Concurso em crime culposos	152
6.12	Punibilidade no concurso de pessoas	153
6.13	Circunstâncias incommunicáveis	153
6.14	Casos de impunibilidade	153
VI	SANÇÃO PENAL	155
I	INTRODUÇÃO	155
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL	155
3	PENA	155
3.1	Conceito de pena.	155
3.2	Finalidades da pena	156

3.3	Características da pena.	157
3.4	Espécies de pena.	157
3.5	Regimes prisionais.	157
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.	158
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade.	158
4.2	Fixação do regime inicial de cumprimento de pena.	158
4.3	Forma progressiva de execução da pena.	159
4.3.I	Ausência de laudo psiquiátrico em exame criminológico.	162
4.4	Progressão especial.	165
4.5	Regras do regime fechado.	166
4.6	Regras do regime semiaberto.	166
4.7	Regras do regime aberto.	166
4.8	Casa do albergado.	167
4.9	Prisão-albergue domiciliar.	167
4.10	Regime especial.	168
4.11	Regime disciplinar diferenciado — RDD.	168
4.12	Direitos e trabalho do preso.	171
4.13	Remição.	171
4.13.I	Remição pelo estudo.	172
4.13.2	Remição pela leitura.	173
4.14	Superveniência de doença mental.	174
4.15	Detração penal.	174
4.15.1	Detração em pena restritiva de direitos.	175
4.15.2	Detração em pena de multa.	175
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.	175
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos.	176
5.2	Natureza jurídica.	176
5.3	Características.	176
5.4	Duração das penas restritivas de direitos.	176
5.5	Impossibilidade de cumulação.	177
5.6	Conversão.	177
5.7	Prestação pecuniária.	177
5.8	Perda de bens e valores.	177
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.	178
5.10	Interdição temporária de direitos.	178
5.11	Limitação de fim de semana.	179
6	PENA DE MULTA.	179
6.1	Conceito.	180
6.2	Cominação e aplicação.	180
6.3	Pagamento da multa.	180

7	APLICAÇÃO DA PENA	182
7.1	Circunstâncias do crime.	183
7.2	Circunstâncias judiciais.	183
7.3	Circunstâncias legais	184
7.4	Circunstâncias agravantes	185
7.4.1	Aplicação obrigatória	185
7.4.2	Rol taxativo	185
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes	185
7.5	Reincidência	187
7.5.1	Conceito	187
7.5.2	Formas	187
7.5.3	Pressuposto da reincidência	187
7.5.4	Réu primário e réu reincidente	188
7.5.5	Efeitos da reincidência	188
7.5.6	Crimes que não geram reincidência	189
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	189
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	189
7.7	Circunstâncias atenuantes	190
7.7.1	Aplicação obrigatória	190
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	190
7.7.3	Circunstâncias inominadas	192
8	FIXAÇÃO DA PENA	192
8.1	Momento judicial de fixação da pena	192
8.2	Juízo de culpabilidade	192
8.3	Cálculo da pena	192
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes	194
9	CONCURSO DE CRIMES	194
9.1	Noções gerais	194
9.2	Sistemas de aplicação da pena	194
9.3	Espécies de concurso	195
9.4	Concurso material	195
9.4.1	Conceito	195
9.4.2	Espécies	195
9.4.3	Aplicação da pena	196
9.5	Concurso formal	196
9.5.1	Conceito	196
9.5.2	Espécies	196
9.5.3	Aplicação da pena	198
9.5.4	Cúmulo material benéfico	198
9.6	Crime continuado	199
9.6.1	Conceito	199

9.6.2	Natureza jurídica.	200
9.6.3	Crimes da mesma espécie	200
9.6.4	Requisitos	200
9.6.5	Condições objetivas semelhantes.	203
9.6.6	Espécies de crime continuado.	204
9.6.7	Aplicação da pena	204
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes.	205
9.6.9	Crime permanente e publicações nas redes sociais.	205
9.7	Aplicação da pena de multa.	207
10	LIMITE DAS PENAS.	207
11	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	208
11.1	Conceito.	209
11.2	Sistemas	209
11.3	Formas	209
11.4	Requisitos.	209
11.5	Período de prova	210
11.6	Condições	210
11.7	Revogação do “sursis”.	211
11.7.1	Cassação do “sursis”	211
11.7.2	Restabelecimento do “sursis”	211
11.8	Prorrogação do “sursis”.	212
11.9	Questões interessantes.	212
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL	214
12.1	Conceito.	214
12.2	Requisitos.	214
12.3	Concessão.	215
12.4	Condições	216
12.5	Revogação	217
12.6	Restauração do livramento	217
12.7	Prorrogação do livramento	217
12.8	Extinção do livramento	217
13	MEDIDA DE SEGURANÇA	218
13.1	Conceito.	218
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança.	218
13.3	Espécies de medida de segurança	219
13.4	Aplicação da medida de segurança	219
13.5	Medida de segurança substitutiva	221
13.6	Sistema vicariante.	222
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	224

14.1	Conceito de condenação	224
14.2	Efeitos secundários de natureza penal	224
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal	225
14.3.1	Efeitos civis	225
14.3.2	Efeitos administrativos	228
14.3.3	Efeito político	229
14.3.4	Efeitos trabalhistas	229
15	REABILITAÇÃO	230
15.1	Conceito	230
15.2	Prazo para requerimento	231
15.3	Condições da reabilitação	231
15.4	Procedimento da reabilitação	231
15.5	Efeitos da reabilitação	232
15.6	Revogação da reabilitação	234
VII	— AÇÃO PENAL	235
1	CONCEITO	235
2	CLASSIFICAÇÃO	235
3	AÇÃO PENAL PÚBLICA	236
3.1	Noções gerais	236
3.2	Espécies	236
3.2.1	Ação penal pública incondicionada	236
3.2.2	Ação penal pública condicionada	236
3.3	Ação penal nos crimes complexos	237
4	AÇÃO PENAL PRIVADA	237
4.1	Noções gerais	237
4.2	Espécies	238
4.2.1	Ação penal privada exclusiva	238
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima	238
4.2.2	Ação penal privada subsidiária	239
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL	239
VIII	— EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	241
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE	241
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	241
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	241
4	ROL EXEMPLIFICATIVO	242
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE	242

5.1	Morte do agente	242
5.2	Anistia	243
5.3	Graça e indulto	244
5.4	“Abolitio criminis”	245
5.5	Renúncia do direito de queixa	245
5.6	Perdão aceito	246
5.7	Retratação do agente	247
5.8	Decadência	247
5.9	Perempção	248
5.10	Perdão judicial	248
6	PRESCRIÇÃO	249
6.1	Conceito de prescrição	249
6.2	Espécies de prescrição	249
6.3	Prescrição da pretensão punitiva	249
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	250
6.5	Prescrição da pretensão executória	251
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	251
6.7	Prescrição intercorrente	252
6.8	Prescrição retroativa	253
6.9	Prescrição antecipada	254
6.10	Redução dos prazos prescricionais	254
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	254
6.12	Prescrição da pena de multa	254
	<i>PARA MEMORIZAR — Parte Geral</i>	257

PARTE ESPECIAL

I	— INTRODUÇÃO	295
II	— DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	297
I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA	297
1.1	Homicídio	297
1.1.1	Homicídio privilegiado	300
1.1.2	Homicídio qualificado	301
1.1.3	Homicídio culposo	303
1.1.4	Homicídio culposo circunstanciado	303
1.1.5	Perdão judicial	304
1.1.6	Milícia privada	304
1.1.7	Ação penal	305
1.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	305

1.2.1	Crime qualificado pelo resultado	308
1.2.2	Causas de aumento de pena	308
1.2.3	Resultado morte ou lesão grave ou gravíssima e idade da vítima	308
1.2.4	Questões interessantes sobre a participação em suicídio	308
1.3	Infanticídio	309
1.3.1	Questões interessantes sobre o infanticídio	311
1.4	Aborto	312
1.4.1	Questões interessantes sobre o aborto	315
1.4.2	Autoaborto	315
1.4.3	Aborto consentido	316
1.4.4	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	316
1.4.5	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante	316
1.4.6	Aborto qualificado pelo resultado	317
1.4.7	Aborto legal	317
2	DAS LESÕES CORPORAIS	318
2.1	Lesão corporal	318
2.1.1	Violência doméstica	321
2.1.2	Lesão corporal funcional	322
3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	322
3.1	Generalidades	322
3.2	Perigo de contágio venéreo	322
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	323
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem	325
3.4.1	Aumento de pena	325
3.5	Abandono de incapaz	326
3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado	326
3.5.2	Causas de aumento de pena	326
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido	326
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado	327
3.7	Omissão de socorro	327
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado	328
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso	328
3.8	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	329
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado	332
3.9	Maus-tratos	332
3.9.1	Figuras qualificadas pelo resultado	334
3.9.2	Causa de aumento de pena	334
3.9.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso	334
4	DA RIXA	334
4.1	Rixa	334
4.1.1	Rixa qualificada	335

5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA.....	335
5.1	Generalidades.....	335
5.2	Calúnia.....	336
5.2.1	Divulgação ou propalação.....	337
5.2.2	Calúnia contra os mortos.....	337
5.2.3	Exceção da verdade.....	337
5.3	Difamação.....	338
5.3.1	Exceção da verdade.....	339
5.4	Injúria.....	339
5.4.1	Perdão judicial.....	340
5.4.2	Injúria real.....	340
5.4.3	Injúria por preconceito.....	341
5.4.4	Injúria etária.....	341
5.5	Causas de aumento de pena.....	341
5.6	Exclusão do crime.....	342
5.7	Retratação.....	344
5.8	Pedido de explicações.....	344
5.9	Ação penal.....	345
6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.....	346
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal.....	346
6.1.1	Constrangimento ilegal.....	346
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas.....	347
6.1.1.2	Concurso material.....	347
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime.....	347
6.1.2	Ameaça.....	348
6.1.3	Perseguição.....	349
6.1.3.1	Causa de aumento de pena.....	351
6.1.3.2	Cúmulo material.....	351
6.1.4	Sequestro ou cárcere privado.....	351
6.1.4.1	Figuras típicas qualificadas.....	352
6.1.5	Redução a condição análoga à de escravo.....	353
6.1.5.1	Figuras equiparadas.....	354
6.1.5.2	Causas especiais de aumento de pena.....	354
6.2	Tráfico de pessoas.....	354
6.2.1	Causas especiais de aumento de pena.....	355
6.2.2	Causa especial de diminuição de pena.....	356
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.....	356
6.3.1	Violação de domicílio.....	356
6.3.1.1	Figuras típicas qualificadas.....	357
6.3.1.2	Causas de aumento de pena.....	358
6.3.1.3	Exclusão da antijuridicidade.....	358
6.3.1.4	Contornos da expressão “casa”.....	358

6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	359
6.4.1	Violação de correspondência	359
6.4.1.1	Generalidades	359
6.4.1.2	Violação de correspondência	359
6.4.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	360
6.4.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	361
6.4.1.5	Impedimento de telecomunicação	361
6.4.1.6	Instalação ou utilização ilegais	361
6.4.1.7	Disposições comuns	362
6.4.1.8	Ação penal	362
6.4.2	Correspondência comercial	362
6.5	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	363
6.5.1	Divulgação de segredo	363
6.5.2	Violação de segredo profissional	364
6.5.3	Invasão de dispositivo informático	365
6.5.3.1	Figura equiparada	365
6.5.3.2	Causas de aumento de pena	365
6.5.3.3	Figura qualificada pelo resultado	366
III — DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO		367
I	DO FURTO	367
I.1	Furto	367
I.1.1	Vigilância eletrônica, monitoramento do local e crime impossível	369
I.1.2	Furto e princípio da insignificância	370
I.1.3	Furto noturno	372
I.1.4	Furto privilegiado	373
I.1.5	Furto de energia	375
I.1.6	Furto qualificado	375
I.1.6.1	Rompimento de obstáculo	375
I.1.6.2	Abuso de confiança	378
I.1.6.3	Mediante fraude	378
I.1.6.4	Escalada	379
I.1.6.5	Destreza	380
I.1.6.6	Chave falsa	380
I.1.6.7	Concurso de duas ou mais pessoas	381
I.1.7	Furto com emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	382
I.1.8	Furto de veículo automotor	382
I.1.9	Furto de semovente domesticável de produção	383
I.1.10	Subtração de substâncias explosivas ou de acessórios	384
I.2	Furto de coisa comum	384

2	DO ROUBO E DA EXTORSÃO	385
2.1	Roubo.....	385
2.1.1	Roubo impróprio	388
2.1.2	Roubo circunstanciado	389
2.1.2.1	Emprego de arma branca	389
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas.....	390
2.1.2.3	Transporte de valores	390
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor.....	391
2.1.2.5	Privação de liberdade	391
2.1.2.6	Substâncias explosivas ou acessórios.....	392
2.1.2.7	Emprego de arma de fogo.....	392
2.1.2.8	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo	394
2.1.2.9	Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido	394
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave	395
2.1.4	Latrocínio	395
2.1.5	Crime hediondo.....	397
2.2	Extorsão.....	398
2.2.1	Extorsão circunstanciada.....	400
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte	400
2.2.3	Sequestro relâmpago	401
2.3	Extorsão mediante sequestro.....	402
2.3.1	Formas qualificadas.....	403
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado.....	404
2.3.3	Delação premiada	404
2.4	Extorsão indireta	404
3	DA USURPAÇÃO.....	405
3.1	Alteração de limites.....	405
3.1.1	Usurpação de águas.....	406
3.1.2	Esbulho possessório	406
3.1.3	Concurso material.....	407
3.1.4	Ação penal.....	407
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	407
4	DO DANO.....	408
4.1	Dano.....	408
4.1.1	Dano qualificado.....	408
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	409
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	410
4.4	Alteração de local especialmente protegido	410
4.5	Ação penal	411
5	DA APROPRIAÇÃO INDEBITA.....	411

5.1	Apropriação indébita	411
5.1.1	Formas circunstanciadas	412
5.2	Apropriação indébita previdenciária	413
5.2.1	Figuras assemelhadas	416
5.2.2	Extinção da punibilidade	416
5.2.3	Perdão judicial	417
5.2.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	417
5.2.5	Estado de necessidade	419
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	420
5.4	Apropriação de tesouro	421
5.5	Apropriação de coisa achada	421
5.6	Apropriação privilegiada	422
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	423
6.1	Estelionato	423
6.1.1	Estelionato privilegiado	425
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	425
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	425
6.1.4	Defraudação de penhor	426
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	426
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	426
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	427
6.1.8	Estelionato circunstanciado	429
6.1.9	Estelionato contra idoso	429
6.2	Duplicata simulada	429
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas	430
6.3	Abuso de incapazes	430
6.4	Induzimento à especulação	431
6.5	Fraude no comércio	432
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas	433
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada	433
6.6	Outras fraudes	433
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	434
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”	434
6.9	Fraude à execução	435
7	DA RECEPÇÃO	436
7.1	Recepção	436
7.1.1	Recepção simples dolosa própria	437
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria	437
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial	437
7.1.4	Recepção culposa	438
7.1.5	Recepção privilegiada	438

7.1.6	Receptação qualificada pelo objeto material	438
7.1.7	Receptação e favorecimento real	439
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a receptação	439
7.2	Receptação de animal	441
8	DAS IMUNIDADES PENAIS	441
8.1	Generalidades	441
8.2	Imunidades penais absolutas	442
8.3	Imunidades penais relativas	442
8.4	Exceções às imunidades penais	443
IV	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	445
1	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL	445
1.1	Violação de direito autoral	445
1.1.1	Reprodução de obra com violação de direito autoral	446
1.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	447
1.3	Ação penal	447
2	DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	447
3	DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ..	447
4	DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	448
V	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	449
1.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU ESTADUAL	449
2	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO	450
3	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA	451
4	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	451
5	PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PER- TURBAÇÃO DA ORDEM	452
5.1	A criminalização do “lockout”	453
6	PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO	454
7	INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM	454
8	FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA ...	455
9	FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ...	456
10	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINIS- TRATIVA	457

II	ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO	458
12	ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL	458
VI	— DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	461
I	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	461
I.1	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	461
I.1.1	Forma circunstanciada.	462
2	DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	462
2.1	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	462
2.1.1	Forma circunstanciada.	463
2.2	Violação de sepultura	463
2.3	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	464
2.4	Vilipêndio a cadáver	465
VII	— DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	467
I	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	467
I.1	Estupro	467
I.1.1	Tipo misto cumulativo ou tipo misto alternativo	469
I.1.2	Figuras qualificadas pelo resultado.	471
I.1.3	Causas de aumento de pena	472
I.1.4	Estupro coletivo.	472
I.1.5	Estupro corretivo.	473
I.1.6	Segredo de justiça	474
I.1.7	Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.	474
I.2	Violação sexual mediante fraude	474
I.2.1	Causas de aumento de pena	476
I.2.2	Segredo de justiça	476
I.3	Importunação sexual	477
I.4	Assédio sexual	478
2	DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL	479
2.1	Registro não autorizado da intimidade sexual	479
2.1.2	Figuras assemelhadas.	480
3	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL	480
3.1	Definição de vulnerável	480
3.2	Estupro de vulnerável	480
3.2.1	Figuras qualificadas pelo resultado	481

3.2.2	Causas de aumento de pena	481
3.2.3	Segredo de justiça	482
3.3	Corrupção de menores	482
3.3.1	Causas de aumento de pena	483
3.3.2	Segredo de justiça	483
3.4	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	483
3.4.1	Causas de aumento de pena	484
3.4.2	Segredo de justiça	484
3.5	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	485
3.5.1	Figuras equiparadas	486
3.5.2	Efeito obrigatório da condenação	487
3.5.3	Segredo de justiça	487
3.6	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	487
3.6.1	Causas de aumento de pena	488
3.6.2	Exclusão de ilicitude	488
4	DISPOSIÇÕES GERAIS	489
4.1	Ação penal	489
4.2	Aumento de pena	489
5	DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	489
5.1	Generalidades	489
5.2	Mediação para servir à lascívia de outrem	490
5.2.1	Figuras típicas qualificadas	490
5.3	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	491
5.3.1	Figuras típicas qualificadas	492
5.4	Casa de prostituição	492
5.5	Rufianismo	494
5.5.1	Figuras típicas qualificadas	495
5.6	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	495
5.7	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	495
5.8	Promoção de migração ilegal	495
5.8.1	Figura equiparada	496
5.8.2	Causas de aumento de pena	496
5.8.3	Cúmulo material	496
6	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	496
6.1	Disposições gerais	496
6.2	Ato obsceno	497
6.3	Escrito ou objeto obsceno	498
7	DISPOSIÇÕES GERAIS	500

VIII — DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.	501
I DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	501
1.1 Bigamia.	501
1.1.1 Bigamia praticada por pessoa não casada	502
1.1.2 Exclusão do crime	502
1.2 Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	502
1.2.1 Ação penal.	503
1.3 Conhecimento prévio de impedimento.	503
1.4 Simulação de autoridade para a celebração de casamento	503
1.5 Simulação de casamento	504
2 DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO	504
2.1 Registro de nascimento inexistente	504
2.2 Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	505
2.2.1 Causa de diminuição de pena	506
2.2.2 Conflito aparente de normas	507
2.3 Sonegação do estado de filiação	507
3 DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR	508
3.1 Abandono material	508
3.1.1 Pagamento de pensão alimentícia	509
3.2 Entrega de filho menor a pessoa inidônea	510
3.2.1 Promessa ou entrega de filho ou pupilo	510
3.2.2 Figura qualificada	511
3.2.3 Participação no crime	511
3.3 Abandono intelectual.	511
3.4 Abandono moral	512
4 DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA	513
4.1 Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	513
4.2 Subtração de incapazes	514
4.2.1 Perdão judicial.	515
IX — DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.	517
I DOS CRIMES DE PERIGO COMUM	517
1.1 Generalidades.	517
1.2 Incêndio	517
1.2.1 Incêndio qualificado	518
1.2.2 Incêndio culposo.	518
1.3 Explosão.	518
1.3.1 Explosão privilegiada.	519

1.3.2	Explosão qualificada	520
1.3.3	Explosão culposa	520
1.4	Uso de gás tóxico ou asfixiante	520
1.4.1	Modalidade culposa	521
1.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante	521
1.6	Inundação	522
1.6.1	Inundação culposa	522
1.7	Perigo de inundação	523
1.8	Desabamento ou desmoronamento	523
1.8.1	Modalidade culposa	524
1.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	525
1.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum	525
1.11	Difusão de doença ou praga	526
1.11.1	Modalidade culposa	527
2	DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	527
2.1	Perigo de desastre ferroviário	527
2.1.1	Desastre ferroviário	528
2.1.2	Desastre culposo	528
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal	528
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	528
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo	529
2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro	529
2.2.3	Modalidade culposa	529
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal	529
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	530
2.3.1	Figura típica qualificada	530
2.3.2	Modalidade culposa	530
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal	531
2.4	Arremesso de projétil	531
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal	532
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	532
2.5.1	Crime qualificado	532
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	532
2.6.1	Figura equiparada	533
2.6.2	Crime circunstanciado	533
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	533
3.1	Epidemia	533
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado	534

3.1.2	Epidemia culposa	534
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	534
3.3	Omissão de notificação de doença	535
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal . . .	536
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição.....	537
3.4.2	Envenenamento culposo	537
3.5	Corrupção ou poluição de água potável.....	537
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	538
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	538
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo.....	539
3.6.2	Modalidade culposa	539
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	539
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	540
3.7.2	Modalidade culposa	541
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida.....	541
3.9	Invólucro ou recipiente com falsa indicação.....	542
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	542
3.11	Substância destinada à falsificação	543
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde	543
3.12.1	Modalidade culposa	544
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	544
3.13.1	Modalidade culposa	545
3.14	Exercício ilegal da Medicina, arte dentária ou farmacêutica	545
3.14.1	Forma qualificada	547
3.15	Charlatanismo	547
3.16	Curandeirismo.....	548
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI, da CF) . . .	549
3.16.2	Formas qualificadas pelo resultado.....	550
3.17	Formas qualificadas pelo resultado.....	551
X	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	553
I	INCITAÇÃO AO CRIME	553
2	APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO	554
3	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.....	554
3.1	Associação criminosa armada	555
3.2	Crime hediondo.....	555

3.3	Delação premiada	556
4	CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA.....	556
XI — DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....		559
1	DA MOEDA FALSA	559
1.1	Moeda falsa	559
1.1.1	Circulação de moeda falsa.....	561
1.1.2	Figura típica privilegiada.....	561
1.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda.....	561
1.1.4	Desvio e circulação antecipada	561
1.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa	561
1.2.1	Figura típica qualificada	562
1.3	Petrechos para falsificação de moeda	562
1.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal.....	563
1.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro.....	563
2	DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	564
2.1	Falsificação de papéis públicos	564
2.1.1	Uso de papéis falsificados.....	565
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	566
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	566
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé.....	566
2.2	Petrechos de falsificação	566
3	DA FALSIDADE DOCUMENTAL	567
3.1	Falsificação de selo ou sinal público	567
3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado.....	568
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro.....	568
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos.....	568
3.2	Falsificação de documento público.....	569
3.2.1	Documento público por equiparação.....	572
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social ..	572
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social ..	572
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho.....	573
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual. ...	574
3.3	Falsificação de documento particular	575
3.3.1	Documento particular por equiparação	577
3.4	Falsidade ideológica.....	577
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado.....	579
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	579
3.4.2.1	Conflito aparente de normas	580

3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	580
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso.	581
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão.	582
3.6.2	Forma qualificada	582
3.7	Falsidade de atestado médico	582
3.7.1	Forma qualificada	583
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	583
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	584
3.9	Uso de documento falso	584
3.10	Supressão de documento.	586
4	DE OUTRAS FALSIDADES.	587
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins.	587
4.2	Falsa identidade	588
4.3	Uso de documento de identidade alheia.	590
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros.	590
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	591
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade.	592
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor.	592
4.6.1	Causa de aumento de pena	594
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro	594
5	DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO.	594
5.1	Fraudes em certames de interesse público	594
5.1.1	Figura equiparada	596
5.1.2	Dano à Administração Pública.	596
5.1.3	Causa de aumento de pena	596
XII	— DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	597
I	DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	597
I.1	Conceito de funcionário público.	597
I.1.1	Funcionário público por equiparação.	599
I.1.2	Casos de aumento de pena	600
I.1.3	Funcionário público como sujeito passivo de crimes praticados por particular contra a Administração em geral	601
I.2	Peculato	601
I.2.1	Peculato-furto	604
I.2.2	Peculato culposo	605
I.2.3	Reparação do dano no peculato culposo	606
I.3	Peculato mediante erro de outrem	606
I.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	607

1.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	608
1.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	608
1.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.	609
1.8	Concussão	611
1.8.1	Excesso de exação	612
1.8.2	Excesso de exação qualificado	613
1.9	Corrupção passiva	614
1.9.1	Corrupção passiva circunstanciada.	615
1.9.2	Corrupção passiva privilegiada	615
1.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	616
1.11	Prevaricação	616
1.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar	618
1.13	Condescendência criminosa.	619
1.14	Advocacia administrativa	620
1.15	Violência arbitrária	622
1.16	Abandono de função	623
1.16.1	Abandono de função qualificado	624
1.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.	624
1.18	Violação de sigilo funcional	625
1.18.1	Figuras assemelhadas.	626
1.18.2	Figuras qualificadas.	627
1.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência.	627
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL.	627
2.1	Usurpação de função pública	627
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada.	629
2.2	Resistência	629
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado.	630
2.2.2	Concurso	630
2.3	Desobediência	630
2.3.1	Desobediência a ordem de parada emitida por policiais ou outros agentes públicos.	632
2.4	Desacato	634
2.5	Tráfico de influência	637
2.5.1	Causa de aumento de pena	638
2.5.2	Tráfico de influência e exploração de prestígio	638
2.6	Corrupção ativa	640
2.6.1	Corrupção ativa circunstanciada	642
2.6.2	Figuras semelhantes à corrupção ativa em outros diplomas legais	642
2.7	Descaminho	642
2.7.1	Descaminho por assimilação.	643

2.7.2	Descaminho qualificado	644
2.7.3	Recepção de mercadoria objeto de descaminho	645
2.8	Contrabando	645
2.8.1	Contrabando por assimilação	646
2.8.2	Contrabando qualificado	646
2.8.3	Importação de arma de brinquedo	647
2.9	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	648
2.10	Inutilização de edital ou de sinal	648
2.11	Subtração ou inutilização de livro ou documento	648
2.12	Sonegação de contribuição previdenciária	649
2.12.1	Extinção da punibilidade	650
2.12.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	650
2.12.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	651
2.12.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	651
2.12.5	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária — RERCT ...	653
3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	653
3.1	Noções gerais	653
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	654
3.2.1	Causa de aumento de pena	655
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	655
3.3.1	Causa de aumento de pena	656
3.4	Funcionário público estrangeiro	656
3.4.1	Funcionário público estrangeiro por equiparação	656
4	DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ...	656
4.1	Novas figuras penais e princípio da continuidade normativo-típica	656
4.2	Contratação direta ilegal	658
4.3	Frustração do caráter competitivo de licitação	660
4.4	Patrocínio de contratação indevida	662
4.5	Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	663
4.6	Perturbação de processo licitatório	664
4.7	Violação de sigilo em licitação	664
4.8	Afastamento de licitante	665
4.9	Fraude em licitação ou contrato	666
4.10	Contratação inidônea	668
4.11	Impedimento indevido	669
4.12	Omissão grave de dado ou de informação por projetista	670
4.13	Pena de multa	671
5	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	672
5.1	Reingresso de estrangeiro expulso	672

5.2	Denúnciação caluniosa	672
5.2.1	Denúnciação caluniosa circunstanciada	675
5.2.2	Denúnciação caluniosa privilegiada	675
5.2.3	Denúnciação caluniosa com finalidade eleitoral.....	675
5.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	676
5.4	Autoacusação falsa.....	677
5.5	Falso testemunho ou falsa perícia	677
5.5.1	Causa de aumento de pena	679
5.5.2	Retratação	680
5.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete. . . .	680
5.6.1	Causa de aumento de pena	680
5.7	Coação no curso do processo	681
5.8	Exercício arbitrário das próprias razões	682
5.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro. .	683
5.10	Fraude processual.	684
5.10.1	Fraude em processo penal.....	685
5.10.2	Fraude processual na Lei de Abuso de Autoridade	685
5.11	Favorecimento pessoal.....	686
5.11.1	Favorecimento pessoal privilegiado.....	687
5.11.2	Escusa absolutória	687
5.12	Favorecimento real.....	687
5.13	Ingresso de aparelho de comunicação em estabelecimento prisional.....	688
5.14	Exercício arbitrário ou abuso de poder.....	689
5.15	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	689
5.15.1	Figuras típicas qualificadas	690
5.15.2	Concurso material.....	691
5.15.3	Promoção ou facilitação culposa	691
5.16	Evasão mediante violência contra a pessoa.....	691
5.17	Arrebatamento de preso	692
5.18	Motim de presos	693
5.19	Patrocínio infiel.....	694
5.19.1	Patrocínio simultâneo ou tergiversação.....	695
5.20	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	696
5.21	Exploração de prestígio.....	697
5.21.1	Exploração de prestígio circunstanciada	698
5.22	Violência ou fraude em arrematação judicial	699
5.23	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	699
6	DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS.....	700
6.1	Generalidades.....	700
6.2	Contratação de operação de crédito	701
6.2.1	Operação de crédito irregular.....	702

6.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	702
6.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	703
6.5	Ordenação de despesa não autorizada	704
6.6	Prestação de garantia graciosa	704
6.7	Não cancelamento de restos a pagar	705
6.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura ..	706
6.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	706
<i>PARA MEMORIZAR — Parte Especial</i>		709
<i>BIBLIOGRAFIA</i>		831